



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO
PROFESSOR: SIDIMAR LOPES DA SILVA JUNIOR

MATERIAL DIDÁTICO – AULA 6 NT1

Direito Digital

Aparecida de Goiânia

2026/2

Caso 1 — Fraude eletrônica, phishing, MED e recuperação de valores

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL 1

Fraude eletrônica – Pix – MED – bloqueio cautelar – boletim de ocorrência

Enunciado

Maria de Lourdes, 62 anos, recebeu, em seu telefone celular, mensagem enviada por número desconhecido, contendo a fotografia de seu filho e identificação semelhante à utilizada por ele em aplicativo de mensagens.

O remetente afirmou ser seu filho e informou que havia trocado de número. Em seguida, alegando necessidade urgente de pagamento de uma despesa, solicitou que Maria realizasse uma transferência via Pix no valor de **R\$ 18.500,00** para determinada chave Pix.

Convencida de que estava conversando com seu filho, Maria realizou a transferência às **14h10** de uma quinta-feira. Às **14h30**, após conversar pessoalmente com o filho, percebeu que havia sido vítima de fraude eletrônica.

Imediatamente, Maria comunicou o fato à sua instituição financeira, solicitando a adoção do **Mecanismo Especial de Devolução (MED)** e o bloqueio cautelar dos valores eventualmente ainda disponíveis na conta destinatária. A instituição registrou a contestação da transação e informou que adotaria os procedimentos cabíveis.

Maria também registrou **boletim de ocorrência por fraude eletrônica** e apresentou à instituição financeira capturas de tela das mensagens, comprovante da transferência, identificação da chave Pix e demais elementos disponíveis.

Apesar da comunicação ter ocorrido apenas **20 minutos após a transferência**, a instituição financeira informou que não poderia garantir a recuperação integral do valor, pois os recursos poderiam ter sido movimentados para outras contas.

O banco de Maria não forneceu, contudo, informações suficientes sobre as providências efetivamente adotadas, nem sobre eventual bloqueio dos valores.

Maria procura você, advogado(a), para adoção das medidas judiciais cabíveis, buscando a recuperação dos valores e a preservação das provas relacionadas à fraude.

Tarefa

Na qualidade de advogado(a) de Maria, elabore a **peça processual adequada**, visando à recuperação dos valores transferidos, à preservação e obtenção das provas digitais pertinentes e à responsabilização dos envolvidos, considerando a urgência decorrente da possibilidade de dispersão dos recursos.

Pontos que poderão ser explorados pelo candidato

- fraude eletrônica e engenharia social/phishing;
- responsabilidade das instituições financeiras;
- Pix e Mecanismo Especial de Devolução (MED);
- comunicação realizada em aproximadamente 20 minutos;
- pedido de tutela de urgência;
- bloqueio/sequestro cautelar de valores;
- expedição de ofícios às instituições financeiras;
- identificação da conta destinatária e eventual cadeia de transferências;
- preservação de registros eletrônicos;
- boletim de ocorrência;
- inversão do ônus da prova, quando cabível;

- responsabilidade civil e reparação dos danos;
- aplicação do CDC, quando configurada relação de consumo;
- competência e valor da causa.

Pedidos que deverão ser considerados

O candidato deverá avaliar, conforme a estratégia processual adotada, a formulação de pedidos de:

1. tutela de urgência para bloqueio dos valores;
2. acionamento e comprovação das providências relacionadas ao MED;
3. identificação do titular da conta/chave destinatária;
4. fornecimento dos registros das transações subsequentes;
5. preservação de registros e documentos relacionados à operação;
6. restituição dos valores;
7. indenização por eventuais danos materiais e morais, se juridicamente fundamentada;
8. demais providências necessárias à efetividade da tutela.

Caso 2 — Instagram desativado indevidamente por suposto conteúdo ilícito

Escrita

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL 2

Instagram – desativação indevida – conteúdo não ilícito – tutela de urgência

Enunciado

João Henrique é fotógrafo profissional e utiliza sua conta no Instagram, denominada **@joaohenrique.fotografia**, há aproximadamente oito anos para divulgação de seu trabalho, manutenção de portfólio e contato com clientes. Em determinado dia, João publicou uma fotografia artística produzida em estúdio, na qual aparecia uma modelo adulta, em composição de caráter artístico e sem exposição de conteúdo explícito.

Poucas horas depois, recebeu uma notificação da plataforma informando que a publicação violaria as políticas relacionadas a **conteúdo explícito ou inadequado**. A postagem foi removida e, no dia seguinte, a própria conta de João foi suspensa. João apresentou recurso administrativo por meio das ferramentas disponibilizadas pela plataforma, explicando que se tratava de trabalho artístico envolvendo pessoa adulta e que não havia conteúdo ilícito ou violação das regras aplicáveis. Entretanto, recebeu apenas resposta automatizada informando que a decisão permanecia mantida. A suspensão ocasionou perda de contatos profissionais, impossibilidade de acesso ao portfólio, cancelamento de campanhas publicitárias e interrupção de negociações com clientes.

João possui documentos que demonstram a utilização profissional da conta, contratos de publicidade, mensagens de clientes e cópia das publicações realizadas.

Procura você, advogado(a), para recuperar o acesso à conta e obter a retirada da penalidade aplicada indevidamente.

Tarefa

Na qualidade de advogado(a) de João, elabore a **peça processual cabível**, buscando a imediata recuperação da conta do Instagram, a suspensão dos efeitos da penalidade e a preservação dos elementos necessários à comprovação do ocorrido.

Pontos que poderão ser explorados pelo candidato

- relação jurídica entre usuário e plataforma digital;
- liberdade de expressão e atividade profissional;
- moderação de conteúdo;
- necessidade de análise concreta da suposta violação;
- vedação de decisões automatizadas ou desprovidas de fundamentação adequada, conforme o caso;
- Marco Civil da Internet;
- Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável;
- tutela provisória de urgência;
- risco de dano profissional e econômico;
- preservação de provas digitais;
- dever de informação;
- proporcionalidade da penalidade;
- distinção entre conteúdo ilícito e conteúdo meramente controverso ou erroneamente classificado.

Pedidos que deverão ser considerados

O candidato deverá avaliar a formulação de pedidos para:

1. restabelecimento imediato da conta;
2. restabelecimento das publicações eventualmente removidas;
3. suspensão da penalidade aplicada;
4. abstenção de novas medidas de desativação com base no mesmo conteúdo, até decisão judicial;

5. fornecimento das informações referentes à denúncia/moderação;
6. preservação dos registros da conta e das decisões de moderação;
7. eventual indenização por danos materiais e/ou morais;
8. fixação de multa diária em caso de descumprimento.

Caso 3 — Instagram roubado por software malicioso enviado via phishing

Escrita

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL 3

Instagram – phishing – malware – invasão de conta – recuperação de acesso e preservação de provas

Enunciado

Carolina utiliza sua conta do Instagram, **@carolina.official**, há mais de dez anos. A conta possui aproximadamente 120 mil seguidores e é utilizada para atividades profissionais e divulgação de produtos.

Em determinado dia, Carolina recebeu mensagem aparentemente enviada pela equipe de suporte do Instagram informando que sua conta apresentava uma suposta irregularidade e que deveria realizar uma "verificação de segurança" para evitar seu bloqueio.

A mensagem continha um link que direcionava a uma página visualmente semelhante à página oficial da plataforma. Após inserir suas credenciais, Carolina recebeu um arquivo que deveria ser executado para concluir a "verificação".

Carolina executou o arquivo.

Poucos minutos depois, perdeu o acesso à conta. O e-mail e o número de telefone vinculados foram alterados e a autenticação em dois fatores foi modificada.

Na sequência, terceiros passaram a utilizar a conta para publicar anúncios falsos e solicitar transferências financeiras aos seguidores de Carolina.

Carolina realizou imediatamente as tentativas de recuperação disponibilizadas pela plataforma, mas não conseguiu retomar o acesso.

Também registrou boletim de ocorrência e contratou profissional especializado para realizar análise técnica de seu computador, tendo sido identificados indícios de execução de **software malicioso** após o acesso ao arquivo recebido por meio da mensagem de phishing.

Carolina possui cópias das mensagens, do link utilizado, dos e-mails recebidos, dos comprovantes de alteração dos dados da conta e do laudo técnico preliminar.

Diante da continuidade das publicações fraudulentas, procura você para adotar medidas judiciais urgentes.

Tarefa

Na qualidade de advogado(a) de Carolina, elabore a **peça processual adequada**, buscando a recuperação da conta, a preservação dos dados digitais relacionados à invasão e a adoção de providências para impedir a continuidade das fraudes.

Pontos que poderão ser explorados pelo candidato

- phishing como técnica de engenharia social;
- execução de código/software malicioso;
- comprometimento de credenciais;
- invasão e tomada de conta;
- preservação da cadeia de custódia da prova digital;
- Marco Civil da Internet;
- registros de acesso e dados técnicos;
- tutela de urgência;
- risco de dano continuado;
- proteção dos seguidores e terceiros potencialmente vítimas;
- responsabilidade civil da plataforma, conforme as circunstâncias comprovadas;
- identificação dos responsáveis;
- preservação de IPs, datas, horários, dispositivos e demais registros disponíveis;
- necessidade de perícia técnica.

Pedidos que deverão ser considerados

Entre os pedidos possíveis, deverão ser analisados:

1. recuperação/restabelecimento da conta;
2. alteração dos mecanismos de autenticação e recuperação;
3. bloqueio de alterações cadastrais realizadas pelos invasores, quando tecnicamente possível;
4. preservação dos registros de acesso;
5. fornecimento de IPs, datas, horários e demais dados disponíveis, nos limites legais;
6. preservação das mensagens e demais registros relacionados ao comprometimento da conta;
7. identificação dos responsáveis, mediante os mecanismos processuais adequados;
8. multa diária para assegurar o cumprimento da decisão;
9. eventual reparação dos danos comprovados.

Caso 4 — Furto de wallet, transferência de criptoativos e rastreamento pela blockchain

Escrita

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL 4

Criptoativos – furto de wallet – rastreamento em blockchain – exchange – perícia

Enunciado

Pedro mantém há aproximadamente cinco anos uma carteira digital (wallet) destinada à custódia de criptoativos adquiridos como investimento.

Em 10 de setembro de 2026, Pedro percebeu que sua wallet havia sido comprometida.

Após verificar o histórico da rede blockchain, constatou que **2,5 BTC** haviam sido transferidos, sem sua autorização, para outro endereço de carteira digital.

Pedro não reconhece o endereço destinatário.

Um especialista contratado por Pedro realizou análise preliminar da blockchain e identificou que, após sucessivas movimentações, parte dos criptoativos foi encaminhada para um endereço que apresenta indícios de vinculação a uma **exchange de criptoativos**.

O especialista elaborou relatório indicando os hashes das transações, endereços de origem e destino, horários e demais informações públicas disponíveis na blockchain. Pedro registrou boletim de ocorrência e pretende preservar os elementos técnicos da fraude. Contudo, para identificar o responsável pela movimentação, será necessário obter informações mantidas pela exchange, tais como dados cadastrais e registros relacionados à conta que recebeu os ativos.

O advogado de Pedro verifica que a **Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019** disciplina obrigações relativas à prestação de informações sobre operações realizadas com criptoativos perante a Receita Federal.

Pedro pretende obter judicialmente as informações necessárias à identificação do titular da conta utilizada para receber os ativos e, posteriormente, buscar a recuperação dos criptoativos ou de seu equivalente econômico.

Tarefa

Na qualidade de advogado(a) de Pedro, elabore a **peça processual adequada**, contemplando a necessidade de preservação da prova digital, perícia/rastreamento das transações em blockchain e obtenção de informações perante a exchange.

Pontos que poderão ser explorados pelo candidato

- natureza e funcionamento da blockchain;
- rastreabilidade pública das transações;
- diferença entre endereço de blockchain e identidade civil do titular;
- furto de criptoativos;
- necessidade de perícia técnica;
- preservação da prova digital;
- identificação e individualização das transações por hash;
- rastreamento da cadeia de movimentações;
- exchange como possível ponto de identificação do titular;
- pedido judicial de fornecimento de dados;
- Marco Civil da Internet, conforme a natureza dos dados solicitados;
- proteção de dados pessoais e necessidade de delimitação do pedido;
- Instrução Normativa RFB nº 1.888/2019;
- cooperação com a exchange;

- tutela de urgência para preservação de registros e eventual bloqueio/congelamento de ativos, quando tecnicamente e juridicamente possível;
- perícia contábil/financeira e perícia especializada em blockchain;
- restituição dos criptoativos ou indenização pelo equivalente econômico;
- identificação dos responsáveis.

Pedidos que deverão ser considerados

O candidato deverá analisar a pertinência de requerer:

1. tutela de urgência para preservação imediata dos registros relacionados às transações;
2. determinação para que a exchange preserve eventual conta, carteira, registros e ativos relacionados às operações investigadas;
3. fornecimento dos dados cadastrais do titular da conta que recebeu os criptoativos;
4. fornecimento dos registros de acesso e demais informações técnicas juridicamente cabíveis;
5. realização de perícia técnica especializada em blockchain;
6. rastreamento das movimentações a partir da wallet de origem;
7. identificação das carteiras subsequentes;
8. eventual bloqueio/congelamento de ativos ainda localizáveis;
9. expedição de ofícios às entidades necessárias;
10. restituição dos criptoativos ou do correspondente valor econômico;
11. condenação dos responsáveis ao ressarcimento dos prejuízos comprovados.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL 5

WhatsApp – suspensão indevida de conta – erro sistêmico – obrigação de fazer – tutela de urgência

Enunciado

Rafael utiliza seu número de telefone celular **(62) 9XXXX-XXXX** há aproximadamente oito anos e possui conta ativa no WhatsApp, utilizada diariamente para comunicação pessoal e profissional.

Em 18 de setembro de 2026, ao tentar acessar o aplicativo, Rafael recebeu a seguinte mensagem:

"Esta conta não pode mais usar o WhatsApp."

O aplicativo não apresentou qualquer informação específica sobre a suposta violação, tampouco indicou qual conduta teria motivado a suspensão.

Rafael afirma nunca ter utilizado o aplicativo para envio automatizado de mensagens, spam, prática de fraude ou qualquer outra atividade que pudesse violar os termos de serviço da plataforma.

Imediatamente, utilizou o mecanismo de revisão disponibilizado pelo próprio aplicativo, solicitando a análise da suspensão. Após algumas horas, recebeu resposta informando apenas que sua conta havia sido analisada e que a decisão de suspensão permanecia.

Rafael procurou seu provedor de telefonia e confirmou que a linha permanecia regularmente ativa e em seu nome. Também verificou que não havia ocorrido troca de aparelho ou de cartão SIM no período.

Posteriormente, Rafael tomou conhecimento, por meio de outros usuários, de que diversos clientes haviam enfrentado problema semelhante após uma recente atualização do aplicativo.

Um profissional de tecnologia contratado por Rafael realizou análise preliminar do aparelho e não identificou comportamento incompatível com a utilização regular do aplicativo.

Rafael possui registros das mensagens exibidas pelo aplicativo, protocolos das solicitações de revisão, comprovantes de titularidade da linha e documentos que demonstram a utilização profissional do WhatsApp.

A suspensão está causando prejuízos relevantes, pois Rafael utiliza o número para atendimento de clientes, recebimento de pedidos e comunicação profissional.

Diante da ausência de indicação concreta de qualquer infração e dos indícios de que a suspensão pode ter decorrido de **erro sistêmico ou falha de programação**, Rafael procura você, advogado(a), para recuperar imediatamente sua conta.

Tarefa

Na qualidade de advogado(a) de Rafael, elabore a **peça processual cabível**, buscando o restabelecimento da conta do WhatsApp, a apresentação dos fundamentos técnicos da suspensão e a preservação das informações necessárias à apuração do eventual erro sistêmico.

Pontos que poderão ser explorados pelo candidato

- relação jurídica entre usuário e plataforma digital;
- suspensão unilateral de conta;
- ausência de indicação concreta da suposta infração;
- falha na prestação do serviço;
- erro sistêmico ou erro de programação;
- dever de informação e transparência;
- boa-fé objetiva;
- proporcionalidade da medida;
- direito à continuidade do serviço contratado/utilizado;
- Código de Defesa do Consumidor, quando caracterizada a relação de consumo;
- Marco Civil da Internet;
- tutela provisória de urgência;
- perigo de dano decorrente da utilização profissional do número;
- necessidade de preservação de logs e registros técnicos;
- possibilidade de produção de prova pericial;
- inversão do ônus da prova, quando cabível;
- proteção de dados e delimitação das informações que podem ser judicialmente requeridas.

Tutela de urgência

O candidato deverá demonstrar a presença dos requisitos da tutela provisória de urgência, especialmente:

Probabilidade do direito:

ausência de demonstração concreta da infração, histórico regular de utilização, tentativa administrativa de solução

Risco de dano útil:

A demora causa prejuízo enorme, moral e material.